

Comandante dos «capacetes azuis» chega brevemente ao nosso país

● Sessenta e cinco observadores militares da ONU desembarcam em Maputo

É aguardada nos próximos dias em Maputo a chegada do Major-General brasileiro Léllo Gonçalves da Silva, comandante dos observadores militares armados e não armados das Nações Unidas em Moçambique. Entretanto, desembarcaram domingo passado na capital do país 65 «capacetes azuis» de nove nacionalidades, que após treino ligeiro na sede da UNOMOZ vão ser distribuídos por várias zonas do território nacional.

A informação foi ontem prestada em Maputo ao nosso jornal pelo Dr. Aldo Ajello, Representante Especial Interino das Nações Unidas em Moçambique.

O Major-General Léllo Gonçalves da Silva será o comandante de todas as forças da ONU em Moçambique — sublinhou a fonte.

O dispositivo dos «capacetes azuis» compreende cinco batalhões de infantaria com 850 homens cada, perfazendo 4 250 efectivos armados, dos quais um terço estará em reserva

permanente para permitir melhor rotação do pessoal.

Basicamente, em operações consecutivas e abrangentes vão ser utilizados 3 000 homens mobilizados para as frentes norte, centro e sul do país.

Os restantes observadores militares das Nações Unidas não armados integram um batalhão de logística, para assistência à população civil moçambicana, um de engenharia, para a reabilitação de estradas, pontes e

outras vias de comunicação, desminagem e treino de moçambicanos como sapadores e especialistas de engenharia, no âmbito do Plano Nacional de Desminagem.

A Resolução 797 do Conselho de Segurança da ONU que legitima a função da UNOMOZ prevê ainda o envio de 350 observadores militares para serem distribuídos pelas 49 zonas de acantonamento das tropas governamentais e da Renamo, onde vão controlar o desarmamento e verificar a desmobilização, após triagem dos elementos que irão ou para a vida civil ou que serão integrados no Exército Nacional Único e apartidário, composto por 30 mil efectivos.

Duzentos e vinte observadores eleitorais civis que vão controlar o processo eleitoral não se encontram sob responsabilidade do Major-General Léllo Gonçalves da Silva, segundo clarificou o Representante Especial Interino da ONU em Moçambique.

Entretanto, desembarcaram domingo em Maputo 65 «capacetes azuis» de nove nacionalidades, que se vão juntar aos restantes oito que já se encontram em Maputo.

Os efectivos recém-chegados incluem brasileiros (14), malaios (22), bengalis (9), suecos (8), italiano (1), norte-americano (1), francês (1) e indiano (1).

— Na próxima terça-feira vai chegar a Maputo outro grupo de 61 observadores militares não armados da ONU — frisou Aldo Ajello.

Indagado sobre a origem desta força, Ajello afirmou que ainda não havia nada de concreto sobre as suas nacionalidades.

Interpelado sobre datas previstas da chegada do primeiro contingente armado das Nações Unidas ao nosso país, aquele destacado funcionário da ONU revelou que está previsto para fins do mês corrente, e será constituído na totalidade por tropas italianas, que vão ser posicionadas no «Corredor da Beira», em substituição dos militares zimbabwianos que protegem o complexo ferro-rodoviário e portuário que funciona como «pulmão» de interesses económicos do Governo de Harare.

O batalhão italiano de infantaria já tem preparadas as condições para o seu posicionamento no «Corredor da Beira», com a vinda ao país em semanas recentes de uma equipa de prospecção e avaliação que se avistou com as autoridades militares moçambicanas e zimbabwianas, tanto em Maputo como na Beira e no complexo ferro-portuário do mesmo nome.

Por outro lado, em contacto ontem com a Embaixada italiana em Maputo, uma fonte desta representação diplomática negou que esteja prevista qualquer chegada a Moçambique ou a Maputo entre quinta e sexta-feira de qualquer grupo de 15 oficiais de nacionalidade italiana.

Esclareceu que se prevê o desembarque em Maputo, nos dias 8 e 19 do corrente mês, de cerca de 20 oficiais de logística e planificação, que vão avaliar os preparativos finais para o acolhimento dos 1300 militares italianos componentes da UNOMOZ e que vão ser posicionados ao longo do «Corredor da Beira».

Lamentando o lapso cometido pela fonte primária da informação, o nosso interlocutor especificou que os cerca de 20 oficiais italianos aguardados na capital moçambicana constituem o primeiro grupo de avanço daquele contingente.

Desminagem já conta com observação das Nações Unidas

As Nações Unidas afectaram um observador militar nas operações de desminagem em curso no país, numa altura em que já se encontra aprovado pelo Governo e pela Renamo o «pacote» apresentado pela ONU sobre regras e regulamentos que vão orientar o funcionamento das comissões criadas ao abrigo do Acordo Geral de Paz.

Uma fonte oficial da Operação das Nações Unidas em Moçambique (UNOMOZ), clarificou ontem à nossa reportagem que o «capacete azul» envolvido nesta operação tem por função acompanhar a evolução dos trabalhos.

Aldo Ajello, Representante Especial Interino da ONU em Moçambique, explicou que não se trata da efectivação do Plano Nacional de Desminagem, mas sim da realização do contrato firmado recentemente entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a multinacional britânica LONRHO, para a desminagem de sete estradas no centro e sul do país, propostas pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), para a canalização de donativos às populações necessitadas.

O Plano Nacional de Desminagem é abrangente, duradouro e inclui componentes integrando a própria remoção de engenhos armadilhados e explosivos, bem como a formação de especialistas moçambicanos para a sua consecução.

Por seu turno, a LONRHO contratou a empresa especializada «Gurkha Security Guards» para a operação de desminagem nas vias rodoviárias mencionadas pelo CICV, com a duração aproximada de pouco mais de um mês.

Falando acerca do Plano Nacional de Desminagem, Aldo Ajello disse que o documento já foi apresentado tanto ao Governo como à Renamo para sua apreciação.

Entretanto, foi incluído um novo órgão não previsto no Acordo Geral de Paz para a interpretação legal de matéria cuja decisão por parte da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), não consiga encontrar solução consensual.

Aldo Ajello revelou que este órgão chama-se Comissão Consultiva para a interpretação do Acordo Geral de Paz e vai ser integrado por três personalidades de elevado perfil académico-profissional de reconhecido valor internacional.

O trio inclui dois juristas de reputação além-fronteiras, dada a sua credibilidade e o seu profissionalismo, e o coordenador dos mediadores nas negociações de paz de Roma, Mário Rafaelli.

— Esta comissão deve pautar a sua conduta pela isenção, objectividade e neutralidade — especificou o alto funcionário da ONU.

Este órgão não vai incluir nenhum representante nem do Governo, nem da Renamo, para garantia da sua independência.

Aldo Ajello referiu que o documento sobre regras e regulamentos para as comissões foi recentemente assinado em Maputo, por Armando Guebuza e Raul Domingos, respectivamente, negociadores-chefe do Governo e da Renamo, tendo sido testemunhado pelas Nações Unidas, que também apensaram a sua assinatura.